

Artigo recebido em:
18.02.2019
Aprovado em:
29.03.2019

A mediação do outro na tela da TV: desafios e limites da crítica midiática¹

Paula Guimarães Simões

Professora permanente
do PPGCOM/UFMG.

E-mail: paulaguimaraes-
simoes@yahoo.com.br

Lucas Afonso Sepulveda

Doutorando no PPG-
COM/UFMG.

E-mail: afonsepuv@
gmail.com

Paula Guimarães Simões
Lucas Afonso Sepulveda

Resumo

A proposta do artigo é compreender a mediação do outro e o potencial crítico desse processo a partir do debate sobre o racismo em um programa de TV que “experimenta” com o cotidiano, o *Vai fazer o quê?* (TV Globo). Inicialmente, investigamos o que a representação construída em um dos episódios do programa nos afirma sobre o contexto midiático-social contemporâneo e refletimos sobre a forma como a própria narrativa que tenta criticar o racismo brasileiro acaba sendo atravessada, ela própria, por ideologias racistas. Por fim, questionamos os limites éticos de um “experimento” televisivo que coloca sujeitos comuns involuntariamente em situações de sofrimento e tentamos apreender o papel do programa na crítica que realiza sobre o racismo em nossa sociedade.

Palavras-chave: Televisão. Ética. Racismo.

The mediation of the other on TV’s screen: challenges and limitations of the media critique

Abstract

The aim of this paper is to understand the mediation of the other and its critical potential starting from the racism debate of television show that produces “experiments” with the everyday life, called *Vai fazer o quê?* (TV Globo). Initially, we investigate what the representation built in one of the episodes of this show tells us about the social and media contemporary contexts and we reflect on how this narrative that tries to criticize Brazilian racism ends up being itself crossed by racist ideologies. At last, we question the ethical limits of a television “experiment” that puts ordinary subjects in suffering situations without their consent and we try to apprehend the show’s role on the critics it makes on racism in Brazilian society.

Key words: Television. Ethics. Racism.

As alteridades povoam a vida social e são tematizadas, abordadas, representadas na mídia a partir de um processo de *mediação* que revela traços da própria sociedade em que ele se inscreve. Inúmeros são os programas de televisão que abordam os *outros marginalizados* – eles emergem, de diferentes maneiras, em jornais, telenovelas, séries, propagandas. Um desses programas é o *Fantástico*, que exhibe, desde 2013, o quadro *Vai fazer o quê?* – inquietante objeto que será discutido neste artigo.

O objetivo deste texto é analisar esse quadro, buscando compreender: 1) como se realiza a mediação do outro, bem como o potencial crítico desse processo; 2) o que a representação ali construída revela do contexto midiático-social contemporâneo (e do racismo que o constitui); 3) quais os limites éticos desse *experimento* televisivo, que usa da imagem do *outro* e coloca sujeitos comuns em situações de sofrimento para tematizar injustiças cotidianas; 4) como apreender o papel do programa na crítica que realiza sobre o racismo e o preconceito em nossa sociedade.

Para tanto, o texto está dividido em quatro partes, além da conclusão. A primeira discute o conceito de mediação e o modo como ele ajuda a refletir sobre a abordagem das alteridades pela TV. A segunda apresenta a encenação de racismo contra uma pipoqueira nordestina empreendida pelo *Vai fazer o quê?* em um de seus episódios. Partindo disso, a terceira aborda o preconceito regional no contexto brasileiro, e a quarta procura discutir conflitos éticos do quadro, revelando o posicionamento do programa em relação às injustiças racistas – o que revela a experiência do racismo na própria sociedade brasileira contemporânea.

Como refletir sobre a mediação do outro na tela da TV?

A *mediação* é aqui entendida a partir da perspectiva de Silverstone (2002a, 2002b) como uma “circulação de significado” (SILVERSTONE, 2002a, p. 33). Conforme o autor, ela implica “o movimento de significado de um texto para outro, de um discurso para outro, de um evento para outro. Implica a constante transformação de significados” (SILVERSTONE, 2002a, p. 33). Dessa forma, ele entende a própria mídia como “um processo de mediação” (SILVERSTONE, 2002a, p. 33), ou seja, ela faz circular sentidos em um permanente movimento de um texto a outro, em um processo que envolve a mídia, seus públicos e o contexto social.

Em sua leitura de Silverstone, Serelle aponta que a mediação “é tomada, nesse contexto, como a circulação de significados no âmbito da cultura midiática e em seu enredamento e desdobramento na vida cotidiana” (SERELLE, 2016, p. 82). É, portanto, nessa interação entre a mídia, os sujeitos e o cotidiano que os processos de mediação se realizam. De acordo com Silverstone, a mediação é uma operação entre produtores e consumidores da mídia que se envolvem em uma “atividade mais ou menos contínua de engajamento e desengajamento com significados que têm sua fonte ou seu foco nos textos mediados, mas que dilatam a experiência e são avaliados à sua luz numa infinidade de maneiras” (SILVERSTONE, 2002a, p. 33).

Esse engajamento ou desengajamento entre os textos midiáticos e os públicos é construído a partir das diferentes *representações* que emergem nessa interlocução. Como destaca Silverstone, é preciso “focar no movimento dos significados através dos limiares da representação e da experiência” (SILVERSTONE, 2002a, p. 43). As representações podem ser entendidas, segundo Hall (2016), como um universo simbólico que é constituído através da linguagem. Nesse sentido, em seu processo de mediação, a mídia faz emergir diferentes representações, convocando os sujeitos a discutir e a se posicionar frente aos sentidos assim instaurados na experiência². Essa é a dimensão social da mediação, que também implica uma dimensão técnica na perspectiva de Silverstone. Como escreve Serelle, Silverstone argumenta que a mediação está intrinsecamente ligada às tecnologias da comunicação, “que proveem recursos simbólicos para que possamos dar sentido à vida cotidiana e estabelecer nossa conduta com o outro” (SERELLE, 2016, p. 89).

¹Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no evento *Emergências: novas realidades e as mídias, realizado na PUC-MG, entre os dias 3 e 5 de outubro de 2017.*

Agradecemos ao CNPq, à CAPES, à FAPEMIG e à PRPq/UFMG o apoio ao desenvolvimento de nossas pesquisas.

²Adotamos uma perspectiva pragmática que entende a experiência como uma travessia (DEWEY, 1980), marcada por uma dupla dimensão: um agir e um sofrer. Ou seja, a experiência se constitui a partir da ação de um indivíduo que sofre algo em consequência dessa primeira ação. Nesse sentido, a experiência se constitui na transação entre o agir e o reagir, entre o produzir e o sofrer, em uma dinâmica interacional.

Dentre as tecnologias de comunicação que nos oferecem tais recursos simbólicos que orientam nossas ações e interações está a televisão. Nos processos de mediação construídos por ela, emergem inúmeras formas de representação da alteridade. Na TV contemporânea, vemos, por exemplo, atrizes e atores negros reivindicando papéis mais complexos para seus personagens,³; a emergência da *drag queen* Pablo Vittar sendo holofote de programas tradicionais, como o *Encontro com Fátima Bernardes*, da TV Globo; a personagem da atriz Carol Duarte, que interpretou um homem transgênero na novela das 21h, *A Força do Querer*. Esses e outros programas televisivos fazem circular sentidos sobre os diferentes outros que existem na vida cotidiana. E conferem a esses outros diferentes tratamentos que tanto podem reforçar determinados estereótipos como podem contribuir para a atualização dos sentidos sobre ela.

³SOLANGE Couto, depois de interpretar 25 empregadas domésticas, denuncia racismo. *Revista Fórum*, 25 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/solange-couto-depois-de-interpretar-25-empregadas-domesticas-denuncia-racismo/>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

O quadro *Vai fazer o quê?*, exibido pelo *Fantástico* (TV Globo), pode ser lido como um desses programas televisivos em que a representação de outros emerge de diferentes formas. Apresentado pelo jornalista Ernesto Paglia, o quadro coloca atores para encenar situações de injustiça em locais públicos e de grande circulação de pessoas, sem que elas saibam da cena ali montada. A ideia é avaliar o que pode suscitar a indignação e a consequente intervenção das pessoas na encenação ali construída. Os outros aparecem ali figurados acionando um repertório de acontecimentos ditos “comuns” do cotidiano, como, por exemplo, o gay que sofre preconceito, o negro que enfrenta o racismo do pai da namorada, o morador de rua que sofre violência, o menino pobre que pede livro em frente à livraria ou a pipoqueira nordestina que é ofendida por uma cliente.

Como o quadro realiza tal mediação? Para buscar responder a essa questão, tomamos como objeto de reflexão um episódio exibido em agosto de 2013. Na cena montada, uma atriz, no papel de uma pipoqueira nordestina, é verbalmente agredida por outra atriz, que interpreta uma cliente racista, nas ruas do Rio de Janeiro. Realizamos uma *análise de enquadramento* (GOFFMAN, 2012; MENDONÇA; SIMÕES, 2012) no intuito de apreender como a *situação* é definida e quais são os posicionamentos assumidos pelos sujeitos que a encenam – ou seja, procuramos responder à indagação de Goffman (2012) sobre *o que está acontecendo ali*. Ao analisar a mediação do outro nesse episódio, procuramos, ainda, responder a duas outras questões apresentadas na introdução: o que a representação ali construída revela do contexto midiático-social contemporâneo (e o racismo que o marca)? Qual o potencial crítico dessa mediação? E quais os limites éticos desse experimento televisivo?

A encenação do racismo

Na abertura do episódio, somos introduzidos à temática e à questão proposta pela cena pelo apresentador Ernesto Paglia. Ele nos lembra que convivemos com brasileiros de todos os cantos do país e que, “pelo sotaque, o migrante é logo reconhecido. Tem até aqueles que ganham apelido. [...] Mas o que separa a brincadeira da ofensa? [...] Diante de um flagrante claro de preconceito, [...] você vai fazer o quê?”

A atriz que interpreta a pipoqueira está com seu carrinho em uma rua movimentada na cidade do Rio de Janeiro, anunciando seu produto. “A nossa atriz foi orientada a forçar o sotaque”, explica Paglia, em uma van afastada, monitorando as câmeras escondidas. A segunda atriz, no papel de cliente, chega e pede uma pipoca. “Tá meio borrachuda, eu não gostei. Você troca para mim? Vamos, vamos, estou com pressa”. A pipoqueira entrega outro saquinho para a carioca impaciente. A cliente come e diz: “Está a mesma porcaria, desculpa...”. As ofensas começam a ser ditas: “Vem cá, tu é *paraíba* né? Eu sabia que tu era *paraíba*. [...] *Paraíba* é burro. Não sabe fazer uma pipoca. [...] *Paraíba* não sabe trabalhar. Volta pra sua terra.” A nordestina, ofendida, responde: “Eu trabalho, tá? A senhora está me ofendendo”.

A defesa da pipoqueira é endossada pelos primeiros sujeitos que percebem a cena. Um casal de idosos enquadraram a situação imediatamente: “Isso é racismo o que

você está falando! [...]”. Eles e os que estão ao redor começam um coro contra a cliente: “Racista! Racista!”. Quando Paglia entra em cena com as câmeras de mão, tentando revelar a ficção da cena criada, os participantes involuntários do programa ainda estão envolvidos na acusação da mulher. A chegada da equipe, no entanto, falha em transformar aquela situação em algo *fictício* para o músico C.P. que, responde Paglia, com raiva, “[Fiquei] indignado. Indignado... [Isso é] racismo. Não dá pra aceitar isso”. Ele e sua esposa ainda estão olhando para a atriz e o carrinho de pipoca, incrédulos.

A cena se repete: “[Você] é uma *paraíba* que não sabe fazer pipoca, não sabe trabalhar, não sabe fazer nada?”. A pipoqueira responde, calma: “A senhora não precisa me falar dessa forma”. A aposentada P.F., que escuta as ofensas ao lado da pipoqueira, intervém no diálogo, mencionando sua própria história para defender a pipoqueira: “[...] eu sou da Paraíba. [...] Eu sempre trabalhei, cuidei da minha vida e nunca achei ninguém para me discriminar porque eu sou da Paraíba”.

A cena é invadida por Paglia. “Eu vou contar uma coisa para a senhora: essa cena foi montada por nós, justamente para ver como as pessoas reagem. E eu estou aqui feliz de ver que as pessoas se mobilizam, que elas não deixam barato”, diz o apresentador para a aposentada. Ela, ainda sensibilizada, responde: “Eu achei um caso de polícia se você quer saber. [...] Tem muita gente que pensa assim.”

A cena continua, e a cliente racista retoma as ofensas. “Cê é de onde? [...] Essa cabeça gigante. [...] Ela é *paraíba*?”. Uma das pessoas próximas ao carrinho intervém na conversa das duas, indignada: “E por quê *paraíba*? Eu sou da Paraíba, e daí?”. “Não sabe trabalhar”, acusa a atriz. A cena é rapidamente invadida por Paglia: a participante está transtornada e a presença do rosto conhecido do jornalista não a acalma. Rodeada de pessoas e câmeras, ela chora, falando para a pipoqueira: “Não precisa você ter vergonha, não, porque a gente é gente também! De onde ela veio?”. O apresentador tenta acalmá-la, dizendo que é apenas uma *ficção*, uma cena criada e que as mulheres são atrizes. Ele pergunta a ela então, o que a fez fazer algo; a vendedora responde: “O constrangimento. A humilhação que ela estava passando”.

Assistimos a outras recriações da cena e, novamente, as ofensas são ditas. “Paraíba é burro, não sabe fazer nada. Paraíba é preguiçoso. Vai ocupar espaço em outro lugar. Lá na Paraíba não se fala português, não?”. As reações são das mais diversas: pessoas tentam chamar a polícia, tentam gravar a cena com a câmera do celular. O funcionário M.D. enfrenta a mulher com raiva: “Isso é discriminação, vou chamar a polícia. [...] Você se acha melhor que alguém? [...] Eu sou da Paraíba, você está me discriminando”. A atriz responde: “Então volta para lá e leva ela, vai vender pipoca lá”. O homem, incrédulo, reage: “Não tem um policial aí não? Vou ter que prestar queixa contra você!”. A atriz sai, ao coro do público: “Palhaça!”.

Em entrevista a Paglia, a estudante de Direito B.G., que ameaçou gravar a cena, explica sua intervenção, abalada: “Não tenho o menor vínculo com o Nordeste, não tenho o menor vínculo com a moça. Eu não sei se ela é nordestina, eu não sei o que ela é. [...] Ela [a cliente] cometeu um crime.”

“Nossa personagem preconceituosa cometeu um crime, crime de injúria qualificada, com pena de até três anos de prisão”, explica Paglia. “Felizmente, dessa vez era só uma encenação”. Encenação que, mesmo sendo quebrada pela presença do apresentador, não interrompia a continuidade das emoções e da indignação dos participantes involuntários. Se a cena era dada pelo apresentador como uma farsa, o sofrimento vivido pelos sujeitos comuns – e pelas próprias atrizes – era real. O que vemos encenado ali na tela da TV é um verdadeiro *ritual de sofrimento*, para retomar a expressão usada por Sílvia Viana (2012) para caracterizar os *reality shows*. A atriz no papel de cliente racista sente culpa e pede desculpas à estudante de Direito, o que revela que, mesmo com total consciência da dimensão ficcional do seu trabalho, o sofrimento que ela causou foi verdadeiro. “Ela não é assim”, tenta amenizar Paglia, ao ver que a jovem não conseguia lidar com a presença daquela mulher facilmente.

A narração final de Paglia reconhece a intensidade do que foi experienciado na

encenação: “Mesmo depois de saber que a agressão era simulada, muitas pessoas fizeram questão de prestar apoio à atriz pipoqueira”. Assistimos, então, à atriz que interpretou a pipoqueira agradecendo e recebendo o cuidado das pessoas na rua, que estavam agora cientes de que era uma encenação. Ela relata a Paglia: “A minha personagem é paraibana, mas eu sou pernambucana. De alguma forma, eu já sofri preconceito também”. Trechos de entrevistas com alguns participantes nordestinos revelam um pouco da dor sofrida cotidianamente por conta do preconceito e do racismo. O frentista P.R. dá seu relato ao apresentador, ao contar que experiecia o racismo diariamente: “As pessoas acham que a gente não lê e não escreve. [...] Isso me agride, eu choro muito. Para conseguir algo, até para falar, eu tenho que treinar como falar para eles não desconfiarem que eu sou do Maranhão”.

Ao fim do episódio, Paglia conclui a proposta da encenação daquele episódio: “Talvez as pessoas assistindo a essa cena possam entender melhor que isso agride, que isso machuca e que isso nos divide e nos separa”.

Racismo, preconceito regional e a sociedade brasileira

Quando somos confrontados com essa narrativa do *Vai fazer o quê?*, que sentidos nos são revelados? O que aprendemos sobre nós? Como o programa nos apresenta esse outro – negro e nordestino –, sua injustiça sofrida e sua condição de vida?

Para responder a essas questões, é preciso olhar para a própria forma como os sujeitos enquadram a violência a que a personagem nordestina é exposta. Enquanto uns são diretos ao nomear aquelas ofensas como *racistas*, outros tentam denunciar o próprio preconceito cujo alvo específico são os nordestinos migrantes que moram e trabalham nas grandes cidades do Sudeste. Na verdade, esses dois fenômenos – o preconceito contra nordestinos e o racismo que atravessa as representações pejorativas para indivíduos dessa origem – devem ser enxergados não de forma “descolada” um do outro, mas como parte de um fenômeno maior. A categoria de “nordestino”, especialmente quando é referida no espaço do Sudeste e Sul, não é meramente uma menção à uma origem, mas possui um componente depreciativo e racista em sua formulação; e caso “[...] os traços fenotípicos não sejam suficientes, basta acrescentar outros atributos associados à inferioridade ou a incivilidade, e considerá-los como inatos, raciais, vinculando-os a uma possível origem negra: brutos, grosseiros, servis, rudes, violentos, etc” (SEYFETH, 1995, p. 196).

Cor e origem são características sociais que estão diretamente ligadas a conflitos e à segregação em nosso país. Em muitos contextos, indivíduos *negros* e *nordestinos* sofrem com os estereótipos e os discursos ideológicos ligados à sua cor e à sua origem. O estereótipo para o caso do indivíduo negro e nordestino opera em contraposição àquele que não é negro e nordestino – o branco e sudestino. Através dessa contraposição, os “grupos dominantes são estereotipados por eles mesmos e pelos outros grupos, dominados, de forma que seu êxito fique justificado e explicado, e o fracasso dos dominados como merecido e justificado” (TECHIO, 2011, p. 36). Dessa forma, a condição vulnerável do nordestino negro é tomada como *natural* e *justificada*, enquanto sua oposição, a figura autônoma e dada como *norma* do branco sudestino é, da mesma forma, tida como *natural* e *justificada* socialmente.

Um bom exemplo para visualizarmos a especificidade desse tipo de violência pode ser encontrado num estudo de um grupo de psicólogos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que fizeram algumas pesquisas com estudantes da própria universidade, na tentativa de visualizar quais adjetivos, positivos e negativos, eram associados à imagem das pessoas negras e nordestinas (BATISTA et al., 2014). No momento da descrição positiva, os principais adjetivos usados para descrever tanto o negro quanto o nordestino foram *trabalhador* e *batalhador*. Negativamente, o negro era visto como *desonesto*, *agressivo*, *burro*, enquanto o sujeito de origem nordestina era descrito como *burro*, *desajeitado*, *preguiçoso*. Enquanto a descrição negativa pode denunciar diretamente o imaginário social e opressor que permeia os sujeitos de

acordo com sua cor e origem, os adjetivos positivos atribuídos ao negro e ao nordestino também revelam um pouco da marginalização desses indivíduos. *Batalhador*, como apontam os autores, “pode estar sendo utilizado para reconhecer a posição de inferioridade do grupo alvo em relação ao grupo dominante [...]. Esse grupo necessita lutar pelo que o grupo majoritário já tem” (BATISTA et al., 2014, p. 340). Em ambos casos, como apontado pelos autores, há uma naturalização das condições adversas, da marginalização, da pobreza e da situação de classe em que se encontram esses sujeitos.

Para Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, enquanto muito se reconhece a existência do preconceito de cor no país, “a ênfase [do debate do racismo] não é dada no preconceito enquanto mecanismo de reprodução e criação de desigualdades sociais [...]” (GUIMARÃES, 2004, p. 20). De fato, a escravidão, a pobreza e as condições adversas em que viveram os negros e nordestinos durante toda a história de nosso país explicam muito do imaginário social que os permeia: “[...] os pobres e, sobretudo, as populações negras são ainda os mais culpabilizados pela Justiça, os que morrem mais cedo, têm menos acesso à educação superior pública ou a cargos mais qualificados no mercado de trabalho” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 14-15). Há também uma dimensão fundamental do racismo que não se assume por parte da branquitude: ele é tratado por pessoas brancas como algo externo a elas; quando discutem sobre o racismo, “elas esperam abordar uma questão que ‘está lá’ na sociedade, e não em algo que as envolva diretamente, ou que envolva a instituição da qual fazem parte” (BENTO, 2002, p. 148). Todas essas condições reforçam a vulnerabilidade social que indivíduos negros sofrem, simbólica e materialmente, em suas vidas, ações cotidianas, instâncias e instituições sociais.

A realidade vivida no Nordeste do país também revela condições vulneráveis e exploratórias: cidades com baixos índices educacionais⁴, frequentes casos de exploração infantil⁵ e violência urbana⁶. Outros índices revelam uma condição de vida degradante para alguns: segundo a Organização Mundial do Trabalho (OIT), a maioria das vítimas de trabalho escravo são nordestinas⁷.

O conflito com nordestinos também ganhou grandes dimensões nas duas últimas eleições presidenciais. A vitória da presidenta Dilma Rousseff (PT) tanto em 2010, quanto em 2014, foi recebida com uma onda de comentários preconceituosos e racistas sobre o papel dos nordestinos nas eleições. Foram ameaças de morte e ofensas dos mais diversos tipos⁸: cangaceiros, ignorantes, desgraçados, burros, “não entendem uma frase do que ela [Dilma] fala”, “mamam nas tetas do governo”, “câncer do país”, “vive de Bolsa Família”. No primeiro turno das eleições presidenciais de 2014, foram contabilizadas 85 denúncias de preconceito contra nordestinos à Procuradoria Geral da República⁹. São acontecimentos como esse que revelam os processos de estereotipação que se mantêm vivos e operantes no nosso imaginário.

Esse imaginário racista e preconceituoso permeia o discurso exposto pela atriz no episódio do *Vai fazer o quê?*. Não à toa, os xingamentos e ofensas são muito semelhantes aos adjetivos pejorativos usados para descrever nordestinos, como nos revela a pesquisa da UFPB, ou mesmo os tweets racistas expostos pela mídia após a vitória da presidenta Dilma Rousseff nas últimas duas eleições presidenciais. No entanto, para além da ofensa explícita, o que podemos observar sobre as manifestações de racismo e preconceito de origem, em suas dimensões mais ideológicas, nas interações no quadro do *Fantástico*? E como podemos avaliar a posicionamento tomado pelo próprio programa – como um agente nesse contexto sociocultural brasileiro – acerca do conflito que narra?

A ética no quadro

As participações dos sujeitos comuns, exibidas no episódio do quadro do *Fantástico*, são, em sua totalidade, em defesa da pipoqueira nordestina. Isso porque é comum que o racismo, em sua manifestação mais escancarada e pública, seja malvisto e tomado majoritariamente como *errado*, *injusto* – ele é “tão mal-afamado que

⁴Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL-1308614-5604,00-NORDESTE+TEM+PIORES+INDICES+EDUCACIONAIS+E+-DOS+ALUNOS+NA+REDE+PUBLICA.html>>.

Acesso em: 1 de out. de 2017.

⁵Disponível em: <<http://noticias.r7.com/economia/noticias/criancas-do-pe-deixam-de-ir-a-escola-para-trabalhar-na-cata-de-mariscos-20101009.html>>.

Acesso em: 1 out. 2016.

⁶Disponível em: <<https://www.notibras.com/site/mapa-da-violencia-aponta-regiao-nordeste-com-maior-indice-de-criminalidade/>>.

Acesso em: 1 out. 2016.

⁷Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2011/10/majoria-das-vitimas-de-trabalho-escravo-sao-nordestinas-aponta-oit/>>.

Acesso em: 1 out. 2017.

⁸Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/nordestinos-sao-hostilizados-apos-vitoria-de-dilma-rousseff,a-13fc86bd059410VgnV-CM5000009ccceb0aRCRD.html>>.

Acesso em: 1 de out. de 2017.

⁹Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-10-11/pgr-teve-85-denuncias-de-preconceito-contra-nordestinos-apos-eleicao-do-1-turno.html>>.

Acesso em: 1 out. 2017.

ninguém se declara publicamente racista” (BOBBIO, 2000, p. 122). No entanto, no Brasil, o resquício da escravidão nos deixou um racismo que circula em formas “silenciosas”, como descrevem Schwarcz e Starling (2015).

Schwarcz (2012) aponta para pesquisas de opinião que revelam que, enquanto muitos brasileiros assumem a existência do racismo em nossa sociedade, são pouquíssimos os que admitem ser afetados pelo racismo ou ter qualquer papel em sua reprodução. Dessa forma, o racismo opera no senso comum e na vida cotidiana de forma sutil, ideológica; ele está no âmbito privado, ele é um problema não *meu*, mas do *outro*; “o difícil é admitir a própria discriminação, e não o ato de discriminar” (SCHWARCZ, 2012, p. 100). O racismo parece “estar lá”, como afirma Bento (2002).

O episódio do quadro do *Fantástico* aborda a marca *pública e escancarada* do racismo contra nordestinos, que definitivamente afeta e aciona a ação dos sujeitos, indignados diante daquela extrema demonstração de violência. O *Vai fazer o quê?*, ao exibir o preconceito em sua forma mais bruta e pública, consegue revelar em sua narrativa o valor que o racismo *ferre*: o valor da própria humanidade, a *sacralidade dos corpos*, como descrita por Joas (2002). A clara indignação dos sujeitos demonstra um forte valor à integridade da vida, à proteção da humanidade ameaçada da pipoqueira diante das ofensas grotescas da sua cliente racista; uma humanidade que é, em geral, tomada como sagrada e inviolável.

No entanto, devemos pensar também sobre o que fica intocado e invisível na cena construída pela produção do programa. Estamos falando aqui das outras formas do racismo, em seu âmbito mais privado, sutil, ideológico, que não são tematizadas pela narrativa do programa, mas que aparecem como vestígios nas falas dos *verdadeiros nordestinos*, que, por acaso, estavam naquele lugar, diante daquelas câmeras. “Eu passo isso [o racismo] todos os dias, tanto em casa quanto no trabalho”, afirma o frentista P.R. Ele, como relata, precisa fingir que não fala “igual um nordestino” para conseguir um emprego; precisa provar que sabe ler e escrever para não criar “desconfiança” nos sudestinos com quem convive.

Atentamos aqui para a fala do frentista: existe um sujeito implicado nessa fala; um sujeito que não é identificado ou tematizado pela narrativa do *Vai fazer o quê?*. Trata-se de quem poderíamos chamar do sudestino branco “médio”: o indivíduo que cotidianamente interpela a pessoa negra e nordestina através ações privadas e pouco notadas, reforçando um senso pejorativo sobre esses sujeitos ou tornando suas condições de vida nas cidades do Sudeste ainda mais precárias. É o racismo em suas formas mais ideológicas, cujos mecanismos diários de manutenção das desigualdades, como descritos por Guimarães (2004), passam despercebidos, não nomeados.

Enquanto as declarações racistas explícitas e públicas contra a pipoqueira são moralmente condenadas por todos que percebem ali um desrespeito e uma violência que ferem valores básicos da sacralidade dos corpos humanos, a violência simbólica e material sofrida por negros e nordestinos cotidianamente reforça que essa sacralidade é seletiva aos contextos em que a violência ocorre. Observando a breve fala do frentista P.R., poderíamos nos questionar: não seriam essas “adaptações” que um sujeito nordestino precisa passar para se enquadrar numa norma branca e sudestina uma violência tão ou mais cerceadora das vidas que as ofensas racistas ditas publicamente? Não há, de certa forma, um controle invisível e racista quando se percebe a existência de uma norma que exija que nordestinos e negros aprendam a dizer na forma branca e sudestina; provem sua inteligência aos brancos e sudestinos; sejam imediatamente alvo de desconfiança de brancos e sudestinos caso não se pareçam brancos e sudestinos?

Essa violência pela ideologia racista, tornada invisível em seus âmbitos privados, é, de fato, também uma violência ao valor da *sacralidade da pessoa*, como descrito por Joas (2002). Os sujeitos não são, nesse contexto, reconhecidos pela ótica do valor de seus corpos, autonomias e vulnerabilidades, mas por quão próximos eles se encontram de uma norma de vida – isto é, uma vida *branca e sudestina*. Encontramos em Butler (2017) uma leitura interessante sobre essas condições normativas que regulam o reconhecimento de *quais vidas são tomadas como vidas*.

Para a autora, populações politicamente perseguidas são tomadas como vidas menores, ou vidas perdíveis “precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são consideradas como ameaças à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção contra a violência ilegítima do Estado [...]” (BUTLER, 2017, p. 53).

Segundo Butler, existem normas operantes em nossas culturas que diferenciam uma vida que é de fato “vivida” das vidas menos ou não-vividas e, consequentemente, não dignas de luto caso sejam perdidas. Ao que nos parece, a norma branca e sudestina parece ser operacionalizada em suas dimensões mais privadas e cotidianas, tornando a violência que cerceia, domina e controla as vidas invisibilizada. Esse aparato ideológico da injustiça racista não é tematizado pelo *Vai fazer o quê?*, e os fragmentos em que é possível observar alguma alteridade sob as dores violentas de uma vida agredida pela norma são exibidos, ao que nos parece, sem que sejam percebidos pelo programa.

Considerações finais

Como, então, podemos pensar sobre a mediação do outro no *Vai fazer o quê?*. Os sentidos que tal narrativa televisiva faz circular são ambíguos. Por um lado, podemos destacar que o programa quer tematizar e criticar uma situação injusta no intuito de fomentar a justiça, compreendida aqui a partir da perspectiva de Sandel como um valor que remete à “maneira como os indivíduos devem tratar uns aos outros” (SANDEL, 2009, p. 14)⁹. Nesse sentido, o quadro analisado chama a atenção para o respeito que deve orientar nossas ações e relações com os nordestinos. Se o respeito é o “esteio de nossa existência coletiva” (ESQUIROL, 2008, p. 15), como sugere Esquirol, ele deve orientar nossa conduta diante dos outros – independente de raça, gênero ou origem. Dessa forma, o *Vai fazer o quê?* oferece recursos simbólicos que buscam estabelecer nossa conduta com outro (SERELLE, 2016) ancorada no respeito.

Por outro lado, na encenação ali construída, o quadro acaba construindo um *ritual de sofrimento* (VIANA, 2012) que envolve as atrizes e os sujeitos comuns que involuntariamente participam da própria cena: a cena era uma farsa, mas os sentimentos vividos eram reais, provocaram o choro e a indignação desses sujeitos. Isso acaba apontando para os limites éticos do próprio quadro na construção de sua proposta: até que ponto um programa televisivo pode provocar o sofrimento e a indignação de sujeitos comuns ao gravar encenações como a analisada, em nome de uma causa maior – a crítica ao racismo e ao preconceito e a consequente promoção de justiça e respeito em nossa sociedade?

A ambiguidade também se manifesta no modo como o *Vai fazer o quê?* trata tais questões. Por um lado, ao buscar construir uma crítica ao preconceito e ao racismo em nossa sociedade, o quadro pode fomentar discussões que, de alguma forma, evidenciam como tais problemas estão arraigados na própria história de nosso país, dando a ver que há uma desigualdade entre brancos e negros, nordestinos e sudestinos. Por outro lado, o racismo é visto como algo externo, explícito – o que torna difícil a percepção mais cotidiana de sua manifestação (SCHWARCZ, 2012; GUIMARÃES, 2004; BENTO, 2002). Não se compreende, portanto, a dimensão *seletiva* que o valor da sacralidade da pessoa apresenta: em outros contextos, como evidenciado pelos próprios entrevistados no programa, os indivíduos nordestinos e negros são tratados como sujeitos de pouco valor, violáveis, inelutáveis. A face cotidiana do preconceito de cor e de origem não é problematizada na representação construída pelo *Vai fazer o quê?*.

Ao discutir a importância do trabalho das intelectuais negras na academia, bell hooks (1995) o posiciona como “uma parte necessária da luta pela libertação” (GUIMARÃES; GUIMARÃES-SILVA, 2018, p. 9). Certamente, uma luta indispensável dessas mulheres contra as opressões de raça e gênero. Mas é também uma luta

de todos e todas nós, comprometidos/as com a denúncia e a superação do racismo em nossa sociedade. Nesse sentido, como nós, pesquisadores/as, nos posicionamos diante do quadro analisado?

Frente às ambiguidades que marcam a mediação da alteridade realizada pelo quadro, nosso posicionamento diante dele também é ambíguo. Acreditamos que o *Vai fazer o quê?* cumpre um papel importante ao tematizar e criticar injustiças cotidianas como a sofrida pela pipoqueira no episódio analisado – e tantas outras que emergem em encenações realizadas pelo quadro¹⁰. Nesse sentido, ele pode contribuir para a discussão e a reflexão acerca da própria promoção da justiça na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, porém, entendemos que o programa apresenta lacunas cruciais na representação da alteridade e na crítica que constrói – e as lacunas se fazem presentes em todo processo de mediação, como destaca Silverstone (2002a, 2002b). Mas não basta reconhecer tais lacunas, é preciso questioná-las, como sugere Serelle (2016). Segundo o autor, frequentemente, não questionamos as lacunas da mediação midiática do outro e “permitimos” que essa mediação, muitas vezes violenta, aconteça de frente aos nossos olhos. “Assistimos ao sofrimento do outro por meio da televisão e outros canais midiáticos e acreditamos que essa atenção dispensada é suficiente para assumir responsabilidade em relação a ele e se engajar em sua causa” (SERELLE, 2016, p. 87).

Para assumir a nossa responsabilidade frente ao outro – como sujeitos e como pesquisadores/as –, é preciso avançar em nossa reflexão sobre o papel e a responsabilidade da própria TV em sua mediação das figuras outras e na crítica que ela procura construir acerca dos problemas públicos de nossa sociedade. Isso pode contribuir para que as representações da alteridade alcancem uma complexidade cada vez maior nos programas televisivos e para que nossa conduta diante deles seja cada vez mais marcada pelo respeito que deve reger nossa convivência coletiva.

¹⁰ Outros episódios, exibidos entre 2013 e 2016, no *Fantástico*, foram analisados na dissertação de um dos autores deste artigo (SEPULVEDA, 2017). Nesse trabalho, operamos quatro análises: uma na qual apreendemos a misoginia dentro de uma cena do quadro, em que um casal heterossexual briga em público; outra em que observamos o programa lidar com o racismo apenas em sua forma pública, encenando um conflito racial em um shopping e falhando ao lidar com a problemática ideológica racial; e outras duas análises nas quais notamos que a pobreza, encenada publicamente, é tratada pela narrativa do programa como algo a ser remediado, solidarizado, mas não criticamente compreendido, questionado, desnaturalizado. Dessa forma, percebemos, em todas essas análises, que o programa celebra uma ética solidária sem conseguir apreender uma dimensão crítica para as injustiças que encena.

Referências

- BATISTA, José Roniere Moraes et al. Negros e nordestinos: similaridades nos estereótipos raciais e regionais. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 14, n. 30, p. 325-345, ago. 2014.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BOBBIO, Noberto. **Elogio da serenidade e outros escritos morais**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- DEWEY, John. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- ESQUIROL, Josep Maria. **O respeito ou o olhar atento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GUIMARÃES, Laura C.; GUIMARÃES-SILVA, Pâmela. Contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a comunicação. In: **Anais do XXVII Encontro Anual da Compós**, Belo Horizonte, 2018. p. 1-19.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

hooks, bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, jan. 1995.

JOAS, Hans. **A sacralidade da pessoa: nova geologia dos direitos humanos**. Editora Unesp, 2012.

MENDONÇA, R.; SIMÕES, P. G. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, p. 187-201, 2012.

SANDEL, Michael J. **Justiça: o que é fazer a coisa certa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Racismo no Brasil: quando inclusão combina com exclusão. In: BOTELHO, André; _____ (Org.). **Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SERELLE, Marcio. **A ética da mediação: aspectos da crítica da mídia em Roger Silverstone**. In: Matrizes, São Paulo. V. 10, Nº 2, maio/agosto, 2016.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. In: **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

SILVERSTONE, Roger. Complicity and collusion in the mediation of everyday life. **New Literary History**, 33 (4), 2002b, pp. 761-780.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia**. São Paulo: Loyola, 2002a.

TECHIO, Elza Maria. Estereótipos sociais como preditores das relações intergrupais. In: _____; LIMA, Marcus Eugênio Oliveira (Org.), **Cultura e produção das diferenças: estereótipos e preconceitos no Brasil, Espanha e Portugal**. Brasília: Technopolitik, 2011.

VIANA, Silvia. **Rituais de sofrimento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.